



Anais da Assembléia

N.º 141

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
ATA DA 132.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1983.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Rubens Bueno e Edgard Pimentel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pêricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a Leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

As mensagens do senhor governador do Estado, sob os n.ºs 160 e 170/83, citadas na presente sessão, já foram publicadas na íntegra nas sessões dos dias 01 e 05 do corrente mês, respectivamente.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 37/83, do senhor JORGE LEONEL BALBI - Cônsul geral da República Argentina, que encaminha informações elaboradas pela Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina, sobre a capacidade tecnológica adquirida pelo País, para pro-

duzir urânio enriquecido.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 015633/83, do senhor vereador BÉRGAMO PEDROSA - presidente da Câmara Municipal de São José dos Campos, encaminhando requerimento n.º 2441, de autoria do vereador João Bosco, manifestando sua irrestrita solidariedade ao jornalista JUVÊNCIO MAZZAROLLO, condenado e preso com base na Lei de Segurança Nacional. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 235/83, do senhor CARLOS ALBERTO MERHY presidente da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, comunicando a aprovação da moção de apoio aos idealizadores e organizadores do movimento nacionalista brasileiro. Ao conhecimento da Casa.

TELEX:

Sob o n.º 405/438, do senhor Euclides Scalco, agradecendo e comunicando aos companheiros, a sua aceitação ao convite formulado pelo governador JOSÉ RICHÁ, para ocupar a chefia da Casa Civil. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de voto de pesar pelo falecimento do senhor Elizeu Merizeo, ocorrido dia 05 deste mês, em trágico acidente automobilístico, na rodovia do Café, proximidades da Cidade de Apucarana.

O referido tinha 32 anos e era muito estimado em Ivaiporã, cidade fundada por seus familiares onde cresceu e formou-se, ali exercendo suas intensas atividades profissionais.

REQUER ainda que, da presente manifestação, se dê ciência aos familiares enlutados, em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei n.º 147/83, por 3 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração de um voto de regozijo ao Jornalista Cláudio Manoel da Costa, pelos 12 anos de moderno jornalismo na imprensa do Paraná. O evento, dos mais importantes da vida paranaense, será comemorado no próximo dia 18 de dezembro, pelo jornal "O Estado do Paraná", por meio de um caderno especial, sob o título ELES & ELAS, NOTÍCIAS 83, resumo das principais atividades da gente deste Estado no decorrer do ano. A edição destinará, em especial homenagem, um encarte - CLÁUDIO, OFÍCIO REPÓRTER, contando - na opinião de jornalistas, publicitários, gente dos mais diversos segmentos da sociedade - a vida do profissional da imprensa e televisão - seu trabalho. Cláudio Manoel da Costa é dos mais talentosos jornalistas do Paraná, fazendo de sua profissão, com exemplar dignidade pessoal, um meio eficaz de informar os seus leitores de todos os dias.

Do presente, requeiro se dê ciência ao doutor Paulo Pimentel, diretor-presidente da Editora "O Estado do Paraná", e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento, por ofício, de voto de regozijo ao município de Altônia pela passagem, no próximo dia 12 de dezembro, do 15.º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao Poder Legislativo paranaense destacar o desenvolvimento do municípios, em especial, por ocasião de sua data maior. Altônia, administrada pelo dinâmico prefeito municipal doutor Jonas Xavier Pinto, com apoio dos ilustres senhores vereadores, detém posição de invejável progresso e pujança, atualmente, o maior parque de café em produção de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um voto de congratulações pelo transcorrer do 32.º aniversário do município de Faxinal, a ocorrer no próximo dia 14, ainda neste mês de dezembro.

O município de Faxinal tem demonstrado sua contribuição para o crescimento do Estado com a sua produção do soja, milho, trigo, gado de corte, gado de leite e suíno, além de outras atividades agro-pecuárias. Sua localização faz limites com os

municípios de Borrazópolis, Grandes Rios, Marilândia do Sul e Rio Bom. O povo dessa municipalidade comemorará seu aniversário com os festejos característicos de sua tradição.

REQUER ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência ao ilustríssimo senhor José Carlos Bastiani, Mui Digno prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um voto de congratulações pelo transcorrer do 32.º aniversário do município de Borrazópolis, a ocorrer no próximo dia 14, neste mês de dezembro.

O município de Borrazópolis tem demonstrado sua pujança com a produção de feijão, café, soja, gado de corte e suíno, além de outras atividades agro-pecuárias. Localiza-se nos limites com os municípios de Faxinal, Kalorê, Cambira, e Jardim Alegre. Seu aniversário será comemorado pela população com os festejos da própria tradição.

REQUER ainda que, da presente manifestação, se dê ciência ao ilustríssimo senhor Rodolfo Haider, Mui Digno prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 08/12/83

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um voto de congratulações pelo transcorrer do 29.º aniversário do município de Colorado, a ocorrer neste dia dez do mês de dezembro.

O município de Colorado, tem contribuído com sua pujança para o crescimento do Paraná. Os festejos de comemoração do seu aniversário ocorrerão de acordo com as tradições locais.

REQUER ainda que, da presente manifestação, se dê ciência ao ilustríssimo senhor Renato Cardo Machado, Mui Digno prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela comemoração do seu 28.º aniversário de Emancipação Político-Administrativa, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal Elso Garcia Se-

gura, ao excelentíssimo senhor Kensuke Uratani, presidente da Câmara municipal de vereadores e aos excelentíssimos senhores presidentes dos partidos políticos existentes na cidade.

A maioria das localidades existentes no Estado do Paraná, surgiram em face das diversas colonizações dos desbravadores, atraídos pelas riquezas em potencial. Tais acontecimentos possibilitaram o aparecimento de uma economia sustentada nas atividades agrícolas, onde a maioria dos habitantes possuíam suas propriedades rurais.

Terra Boa, evidentemente com suas características próprias, também vivenciou aquela fase, havendo grande concentração de áreas de cultivo, fortalecendo o comércio local. Ante aquela conjuntura, Terra Boa, dado o seu progresso, emancipou-se político e administrativamente, do município de Engenheiro Beltrão no dia 13 de julho de 1955 (data de sua criação), tendo sua instalação efetivada no dia 11 de dezembro do mesmo ano, através da Lei n. 2.411.

Com a radical mudança da política nos últimos anos, praticamente houve o desaparecimento do pequeno produtor, que sem incentivos, viu-se obrigado a se desfazer de suas terras, vendendo-as aos grandes monopólios que já começavam a surgir, e que com uma estrutura fortalecida, procedeu a mecanização da lavoura. Esse avanço tecnológico ocasionou o aparecimento de êxodo rural, havendo como conseqüências daquele processo grandes crises, sendo que Terra Boa tinha, em 1970, uma população de aproximadamente vinte mil habitantes, e conforme o Censo realizado em 1980, o total da população apontou pouco mais de dezesseis mil, havendo considerada diminuição do contingente populacional, notadamente na zona rural.

Portanto, quando Terra Boa comemora mais um ano de sua emancipação, é necessário que se reafirme a real importância da transformação política, social e econômica de nosso País, capaz de devolver aos municípios suas tão reinvidicadas e justas autonomias.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao presidente da Câmara dos deputados e a todos os líderes dos partidos com assento naquela Casa, manifestando apoio ao projeto de lei dos deputados federais DORETO CAMPANARI e JORGE CURY, que isenta os Sindicatos do pagamento das contribuições previdenciárias e outras taxas.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto-lei isenta os sindicatos de trabalhadores do pagamento de tributos e taxas em geral, bem como da parte patronal da contribuição previdenciária referente a seus empregados. Esta iniciativa deve-se ao fato de os sindicatos serem considerados prepostos do poder público, ou seja exercem atividades assistencialistas, que, em não existindo os sindicatos deveriam ser exercidas pelo poder público. Deve-se também considerar o relevante papel reservado nas sociedades democráticas aos sindicatos de trabalhadores, sem dúvida, uma das mais importantes instituições da sociedade civil, que deve merecer de nossa parte todo o apoio possível.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao excelentíssimo senhor presidente da República e à excelentíssima senhora ministra da Educação, solicitando-lhes que, em nome da indiscutível realidade de que alunos necessitados de bolsas de estudos não são apenas os filhos de funcionários das várias empresas sediadas na área de abrangência das escolas particulares, mas também inúmeros estuantes que, em muitos casos, não dispõem da alternativa de uma escola pública, que reconsiderem a aplicação do Decreto n. 88.374, de 07/06/83 para o ano de 1984. Os novos critérios para a concessão de bolsas de estudos deverão restringir sistematicamente os planos de continuidade escolar de milhares de estudantes que por absoluta falta de condições econômicas, serão obrigados a renunciar a uma escolaridade que, nos últimos anos, vinha sendo substancialmente assegurada por recursos oriundos do salário-educação.

Cumpra ainda salientar que a aplicação integral pura e simples do referido decreto, além da evasão discente nas escolas particulares, haverá de comprometer seriamente as próprias condições de sobrevivência de muitos, sérios e renomados colégios, cuja clientela estudantil deixou de ser também, há muito tempo, a da elite brasileira.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja oficiado ao excelentíssimo senhor senador Passos Porto, solicitando-lhe a redação de Emenda Constitucional que preconize Reforma Tributária ampla e irrestrita, logo ao nascer das luzes do período legislativo de 1984, bem como enfatizando-lhe os cumprimentos pela mini-reforma

tributária que, no entendimento dos municipalistas, é o primeiro degrau vencido de uma caminhada-reconhecimento do óbvio: a constatação de que a reforma sócio-econômica do País jamais será alcançada mediante a histórica diretriz da revolução de março de 1964, que vislumbrou absurdamente uma política de desenvolvimento do País... às custas do empobrecimento do municípios.

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador Passos Porto para que, ao mesmo tempo em que lhe externem melhores aplausos pela primeira conquista municipalista brasileira nos últimos decênios, não hesite em assumir a vanguarda da segunda escalada: o desencadear legal de ampla e irrestrita reforma tributária, como forma de viabilizar a urgente e imperiosa necessidade de se reconstruir a força do Brasil, através da única via terapêutica absolutamente indispensável: o fortalecimento de suas múltiplas unidades municipais, hoje, em sua maioria, convertidas em desvitaminadas comunas.

JUSTIFICATIVA:

Durante seis meses de 1983, na Assembleia Legislativa do Estado, sob a presidência do parlamentar, autor deste requerimento, parlamentares do PMDB e do PDS discutiram e propuseram caminhos que, se perseguidos, poderiam viabilizar o alento às nossas insolventes comunas municipais. Somando sua voz à de outras tantas que fizeram do municipalismo sua bandeira de lutas, a Assembleia Legislativa do Paraná não se omitiu na luta pela revitalização de nossas cidades, hoje ostensivamente afetadas pela sobrevivência cada vez mais difícil. E é por isso que, enquanto saudamos como inaugurante sucesso a mini-reforma tributária, apelamos a seu autor, no Congresso Nacional, para que a conduza nos céus da Pátria sem o primeiro adjetivo.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, doutor Nelson Miguel Friedrich, em que solicita à COPEL a instalação de rede de energia elétrica de baixa tensão no loteamento denominado parque residencial Morumbi-III, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação data da ocupação pela nossa gente do loteamento denominado parque residencial Morumbi-III, em

Foz do Iguaçu. Ao que consta, já foram realizados estudos pelo escritório regional da COPEL de Foz do Iguaçu, quando o antigo Governo do Estado se comprometera com a resolução do problema dos moradores do loteamento.

Habitado por mais de cem famílias de baixo poder aquisitivo, com proximidade da rede elétrica, a referida localidade ainda se acha, em nossos dias, à margem de importante conquista da inteligência humana: a luz elétrica.

Dentro do Programa Governo Richa, entendemos ser urgentíssima a extensão a essa gente humilde do bem-estar e da melhora da qualidade de vida, como imperativo da devolução a todo o povo do direito a uma existência condigna e moderna.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, doutor Felipe Haj Mussi, em que solicita a instalação de um módulo policial, no bairro denominado Três Lagoas, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08/12/83.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O altíssimo índice de criminalidade verificado em nosso dias tem o seu exemplo mais contundente na situação vivida pela população de Foz do Iguaçu. Vivendo uma realidade de mais de quinze mil desempregados, Foz do Iguaçu e seus bairros encarnam a própria intranquilidade em relação à vida e aos direitos do homem de modo geral.

Neste quadro, insere-se o bairro de Três Lagoas, no município de Foz do Iguaçu, que situado a mais de cinco quilômetros da cidade-sede e com uma população superior a cinco mil habitantes, ainda não conta com a necessária assistência policial. Daí, o nosso apelo às autoridades da área da segurança pública em nosso Estado, a fim de que as mazelas sociais originadas pelo programa desenvolvimentista implementado pelo regime não sejam agravadas pelo ineficácia dos aparelhos de controle social.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Indústria e Comércio, doutor Francisco Simeão, em que solicita do Programa de Artesanato Integrado (PAI), de lavra daquela Secretaria de Estado, nos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Corbélia

e Braganey.

Sala das Sessões, em 08/12/83

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O agravamento da crise econômico-financeira e sócio política em nosso País, como função das políticas anti-nacionais e anti-populares do Governo Federal, tem se desdobrado violentamente na vida de nosso Estado. Daí a correção de as diferentes Pastas do governo Richa estarem empenhadas na elaboração e execução das diretrizes e planos de transformação e superação dessas realidades.

Neste contexto é que se insere o Programa de Artesanato Integrado, de iniciativa da Secretaria de Indústria e Comércio, cujo objetivo consiste em incentivar e desenvolver a qualificação da mão-de-obra em nossos municípios. Não há dúvida de que o sucesso desta iniciativa, ainda não colocada oficialmente pelo secretário da Pasta, contribuirá no sentido de aliviar as tensões sociais oriundas do desemprego, sub-emprego, assalariado aviltante, sem contudo resolvê-las. Entretanto, aplicado com a perspectiva de fazer avançar a organização dos trabalhadores, será coroadado de êxitos.

Assim solicitamos a inclusão dos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Cobélia e Braganey, Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, por razões óbvias advindas da gravíssima situação social da região com a liberação dos trabalhadores de Itaipu Binacional, deixando só em Foz do Iguaçu mais que quinze mil desempregados e projetando uma onda de criminalidade, sub-condições de vida e outras mazelas absolutamente insuportáveis para a sociedade brasileira. São Miguel, Cobélia e Braganey, por sua vez, defrontam-se com o problema da evasão do homem do campo, cada vez mais acentuada pela política agrária e agrícola do Governo Federal. Ademais, faz-se importante a implantação deste programa por termos na relação citada de municípios dois novos - Santa Terezinha e Braganey - a merecer de nosso governo Estadual toda a atenção e apoio no sentido do correto desenvolvimento de suas potencialidades.

Solicitamos, outrossim, informações suplementares sobre o Programa, a fim de que possamos dar ciência aos municípios da região que representamos, mais esta iniciativa política do Governo Richa.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

Diz um velho ditado popular "não jogue pedras no telhado do vizinho, se tiveres um telhado de vidro".

Senhor presidente, senhores deputados:

Lamentavelmente para todos quantos temos dedicado nossa atuação em favor da moralidade e austeridade administrativa, e temos continuamente apontado as falhas, desmandos e corrupção que pautaram atuação do governo anterior, é nosso dever, e faz parte da parcela de confiança que nos foi delegada pelo povo nas urnas, vir agora de público, denunciar atividades menos adequadas desenvolvidas por ocupantes de cargos públicos do atual governo.

Atuações desse tipo, que inclusive contrariam o espírito de decência política que o governador José Richa vem implantando desde o início do seu mandato, são "Nossos telhados de vidro", e cumpre-nos denunciá-los com tanta veemência como aqueles que já proferimos desta mesma tribuna contra alguns membros do governo passado.

Partiu a presente denúncia do quinzenário "Gazeta do Centro Oeste", da cidade de Campo Mourão, em sua edição do dia 03 do presente mês. Em manchete de primeira página, sob os dizeres "lazer com o dinheiro do povo", o periódico mourãoense denuncia a lamentável atuação do recém nomeado chefe do 11.º Distrito Sanitário, doutor Nerval Marques, que no dia 26 de novembro último banhava-se nas deliciosas águas da piscina do country club de Campo Mourão, enquanto a Brasília, placa branca de chapa CE 5943, com os dizeres na porta Serviço Público Estadual, (SESB), era vista no estacionamento daquele clube.

Não podemos tolerar que, um homem que exerça atividade pública, se aproveite dessa situação, para usar o seu bel prazer a coisa pública. O veículo que foi colocado à disposição do chefe daquele Distrito Sanitário visa tão somente facilitar a execução do seu trabalho, dando-lhe condições de bem desempenhar a sua função; não visa o seu transporte para os locais de recreio ou lazer, pois, para tal deverá usar seus próprios meios, e às suas expensas.

Através deste breve pronunciamento, desejo levar o conhecimento do fato ao secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, para que cientificado do ocorrido chame o senhor Nerval Marques à responsabilidade; o fato está, também, sendo levado ao conhecimento do governador José Richa, para que este tome as providências que se fizerem cabíveis no presente caso.

Temos que primar para que a decência, a austeridade e a moralidade voltem a ser palavras de ordem no trato com a coisa pública. O homem quando assume uma função pública, deve estar, acima de tudo, imbuído de propósitos compatíveis com a função que vai exercer, ainda mais quando se trata de administrar bens pagos pelo erário público.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Conce-

do a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, o senhor deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor presidente, senhores deputados.

Há alguns dias demos entrada nesta Casa, de um requerimento endereçado ao senhor secretário das Finanças, solicitando o parcelamento do ICM ao comércio varejista.

Assim o fizemos, porque achamos que desta forma, estaríamos fazendo justiça a essa parcela da comunidade que sofreu, terrivelmente, os percalços das tragédias porque passou o Sul do Brasil no ano de 1983. E temos recebido telegramas, correspondências de Associações Comerciais para que nós não ficássemos apenas naquele requerimento, para que nós fôssemos ao senhor secretário das Finanças e fizéssemos ver a ele que realmente, 20 a 30% das vendas do comércio varejista ocorreram no mês de dezembro, e, 80% desta venda é feita a crédito, a prazo. Mas, no entanto, o ICM global, total, tem que ser recolhido todo ele, no mês de janeiro.

Se nós conseguíssemos com que o senhor secretário das Finanças, olhasse também, não somente para a parte da arrecadação do Estado, mas atentasse para o lado do contribuinte, daquele que paga o imposto, fazendo com que ele sentisse, que para que esses homens que lutam no comércio tenham condições de recolher esse imposto, eles têm que realmente faturar.

Já mantivemos contatos com assessores do senhor secretário das Finanças porque, em anos anteriores, esse precedente já foi concedido. Essa medida já foi tomada conforme instruções n.ºs 633/78, 684/80, 719/81 e 722/81.

E nós trazemos, então, novamente esta matéria a esta Casa para que os companheiros da Assembléia, para que os colegas deputados sintam que esse requerimento que apresentamos não foi apenas um requerimento especulativo, mas um requerimento que realmente tem um teor muito importante que necessita realmente ser analisado com carinho pelo senhor secretário das Finanças, que o senhor secretário das Finanças apenas não engavete mais um requerimento vindo da Assembléia Legislativa, mas que ele o estude veja de sua viabilidade, e que conceda ao comércio, principalmente ao varejista, o parcelamento do ICM arrecadado no mês de dezembro.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados. (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê).

"Trazemos a esta Casa uma denúncia de intenções de alguns membros do Conselho Estadual, que se forem concretizadas ama-

nhã quando será votada esta matéria, abrirão a perspectiva de radicalização do movimento dos estudantes paranaenses.

Ainda ontem, a comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação do Paraná levou à apreciação do Plenário daquele órgão colegiado uma Indicação, que procura justificar a votação de uma deliberação sobre os reajustes das taxas e semestralidades nas instituições de 1.º e 2.º graus, públicas e particulares e nas instituições superiores de ensino municipais e estaduais.

A referida Indicação justificativa perfilha um conjunto de argumentos que pretendem fazer crer o caráter de justiça social do Decreto-Lei n.º 2065 e o papel democrático que seria exercido pela livre negociação dos índices de reajuste dos encargos educacionais.

Em primeiro lugar, senhor presidente, senhores deputados a deliberação proposta é absolutamente inovadora em sua crueldade e perversidade social. Pratica uma série de exercícios contábeis e financeiros que a tornam ainda mais anti-popular que o próprio Decreto-Lei 2065. Em segundo lugar, introduz um sistema de livre negociação entre as partes, no caso entre as famílias e os estudantes com os donos das escolas, que além de inaceitável é também ilegal. Por último, referencia-se na fixação dos índices de reajuste no INPC de dezembro, o maior de 1983, diferentemente do próprio Conselho Federal de Educação que o faz em relação ao INPC de novembro.

Senão vejamos, senhor presidente, senhores deputados: as escolas da rede estadual cujas semestralidades não sejam superiores a Cr\$ 171.360,00 (três salários mínimos) sofrerão, pela proposta em apreciação no Conselho Estadual de Educação, um reajuste de até 72,2%, o equivalente a 100% do INPC de dezembro deste ano. As escolas cujas semestralidades variem de Cr\$ 171.361,00 até Cr\$ 399.840,00 sofrerão um reajuste de até 66,31%. As escolas cujas semestralidades variem de Cr\$ 399.841,00 até Cr\$ 856.800,00 sofrerão um reajuste de até 56,52% e assim, sucessivamente, numa repetição às avessas do Decreto-Lei 2065.

Quanto a livre negociação, é importante verificar que isto no atendimento dos interesses da rede particular de ensino, pois está claro para todos nós que a organização dos professores, dos estudantes e dos pais de família é extremamente deficientenestas instituições. Além de ilegal, esta medida viria diretamente de encontro à ansia de maiores lucros para as mantenedoras privadas, visto que nossa sociedade cerceou as instituições civis, castrando-lhes a autonomia, a liberdade e a independência, necessárias para uma negociação em bons termos.

Quanto a proposta de índice no Paraná ser superior ao do próprio Conselho Federal de Educação, poderíamos dizer que confirma a regra de que a base em geral, é mais rea-

cionária que o topo.

Diante desta situação vexatória a que a maioria do Conselho Estadual de Educação nos quer submeter e aos estudantes, não há outra saída senão a resistência e o repúdio intransigente. Reajustar neste níveis as taxas e as semestralidades constitui uma provocação inaceitável, que fará retroagir nossa disposição de assegurar o diálogo com os derrotados nas eleições de novembro do ano passado. É verdade que poderíamos fazer como o fez o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, destituindo o Conselho inteiro e nomeando novos conselheiros afinados com a proposta democrática do PMDB. E devo dizer que apresentaremos em março profundas mudanças na Lei n.º 4978, de 5 de dezembro de 1964, propondo a redução do mandato dos conselheiros e novos critérios para a sua nomeação, ao lado de outras modificações indispensáveis para a plena democratização do sistema estadual de ensino.

Enfim, estamos aqui a defender os mais lúdimos interesses da sociedade paranaense, que já não mais suporta o arrocho, os desmandos e a submissão dos interesses sociais aos interesses dos grupos econômicos e financeiros, que agora assaltaram também a educação, transformando-a em mera mercadoria.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi. (Declina).

Concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno. (Declina).

Tendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti. (Ausente).

Encerrado o Grande Expediente, consulto a liderança do PDS se fará uso do tempo que lhe é destinado.

Com a palavra, o senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor presidente, senhores deputados.

O PMDB no poder é mau patrão, que penaliza o funcionalismo estadual, negando-lhe remuneração condigna com a realidade econômico-financeira do País. O melhor exemplo desta afirmativa está hoje no Paraná, onde o governo José Khalil Richa está impondo uma política salarial para o funcionalismo que não corresponde a propósitos honestos de assegurar um mínimo de retribuição adequada e com justiça ao trabalhador do serviço público.

O regime do PMDB no Paraná está a esquecer-se de que, dos clássicos fatores de produção, o trabalho é indiscutivelmente o principal. A proporção em que ele entra na mesma não importa. Quer seja de direção, quer seja de execução, o trabalho é imprescindível à transformação de qualquer utilidade. O lucro social do Estado e o

lucro financeiro de uma empresa particular deveriam, na máxima parte, do potencial humano neles empregado.

Pela maneira como trata a questão salarial do funcionalismo paranaense e ainda hoje, lamentavelmente, esta Casa vota a Mensagem do governador José Richa que extingue a Secretaria de Recursos Humanos, o governador José Richa parece ignorar que a qualidade de uma administração resulta da qualidade de seus homens. Deveria lembrar-se de que pouco ou quase nada fará, a menos que comece o seu programa de ação pela escolha dos homens que, com ele, hão de trabalhar. Nenhum plano será concretizado e nenhum programa será cumprido se se fizer abstração do fator humano, que se encarregará de levá-lo a cabo. E os governantes nada farão, salvo se tiverem ao seu dispor zelosos, leais e capazes servidores, percebendo justa remuneração.

Desejo chamar a atenção desta Assembléia para a análise que faremos sobre a questão do aumento do funcionalismo, nesta oportunidade, considerando que os repetidos pronunciamentos do governador do Estado e do secretário das finanças estão, na realidade, procurando confundir os funcionários públicos para não dar-lhes o aumento a que têm direito, fugindo desta forma, a compromissos que o PMDB assumira com essa nobre classe, que hoje se vê traída pelas falsas promessas dos oposicionistas de ontem e governamentistas de hoje. No poder, esses homens apresentam-se agora sem máscara que envolvia a grande falsidade dos seus propósitos para os servidores estaduais e o povo desta terra.

Sinto-me à vontade para analisar esse procedimento do regime do PMDB no Paraná, porque vossa excelência, senhor presidente, é testemunha da minha luta para garantir aos trabalhadores o poder aquisitivo dos salários; os membros da Bancada do PDS, que lidero, tem sido incansáveis nesse sentido; e os anais são registro dos meus esforços e dos meus companheiros de bancada para que a política salarial seja justa e conforme o processo econômico-financeiro que se registra no País.

O PMDB, sempre que são discutidos assuntos concernentes à política salarial da força de trabalho do País, tem defendido que se deva conceder, nos reajustes semestrais, 100% de variação do INPC, em todos os níveis. Os partidários do PMDB sempre criticaram o escalonamento desse índice em função dos valores dos salários recebidos.

Aqui mesmo nesta Casa, muitos foram os deputados do PMDB que fizeram pronunciamentos veementes em favor da aplicação plena do INPC nos reajustes salariais. E o nobre deputado Nilso Sguarezi líder da Bancada do PMDB, foi insistente, ardoroso e enfático com esse objetivo. E firmemente apoiado pelos seus liderados.

Pois bem, agora é chegado o momento de

renovar essas manifestações e lutarmos juntos, PDS e PMDB, pela causa do funcionalismo. Pela verdade salarial para essa injustiçada e sacrificada classe. Não se pode admitir que o governo José Richa e o procônsul Garanhão continuem a engordar os serviços públicos com a manipulação de índices e números sobre arrecadação e despesas. Não satisfeito em estrangular o empresariado paranaense, com o seu terrorismo fiscal, Garanhão quer agora, como terrorista que é, levar o pânico e o desespero aos lares dos funcionários públicos, negando-lhes o necessário para sobrevivência.

Não se pode admitir essa dualidade de procedimento: o PMDB e o seu líder defendem nesta Casa a aplicação do INPC nos reajustes salariais. Lá no Palácio Iguaçu, o governador Richa e o secretário Garanhão, (o mesmo do telefone), negam isso aos empregados do Estado. Essa é a verdade do regime Richa. Talvez, o que Garanhão quer mesmo é indispor os representantes do PMDB contra os servidores estaduais, além de apresentá-los a opinião pública paranaense como carecedores de acatamento e respeito por suas opiniões no âmbito do Executivo.

Diante desse quadro, o que é que sobressai para o povo paranaense?

Esta realidade incontestável: o PMDB no governo, o PMDB patrão, é um mau patrão!

E isso por culpa do governador Richa e do terrorista Garanhão.

O PMDB no governo - mau patrão - não cumpre aquilo que propala. Até parece que os pronunciamentos de seus membros, (inclusive nesta tribuna) e nos veículos de comunicação social têm uma conotação demagógica, prometendo e defendendo aquilo que o povo gostaria de ouvir e, enganando-o, na prática sua postura não é coerente com o que prega.

Vejamos por que:

Em julho, o mau patrão PMDB concedeu um reajuste ao funcionalismo, alardeando aos quatro ventos que estava cumprindo sua promessa e que, pela primeira vez, desde a implantação da política salarial de reajustes semestrais, o funcionalismo público estava recebendo dois reajustes no ano. Foi mais uma mentira, pois já em 81 e 82, durante governos do PDS, o funcionalismo recebera dois reajustes em um ano, não exatamente a semestralidade, é bem verdade. Mas o que é grave e importante é que se diga que o funcionalismo foi enganado, enquanto o mau patrão tudo fazia para promover-se, levando a efeito uma campanha publicitária que custou milhões e milhões de cruzeiros como sempre, entregue sem concorrência pública ou licitação, a uma das agências de publicidade que fizeram a campanha eleitoral do governador Richa e do PMDB.

Tudo isso, como se vê, no melhor esti-

lo da propaganda não seria administrativamente...

Um tremendo aparato propagandístico, pago à custa do dinheiro do contribuinte, para enganar o funcionalismo, porque o reajuste concedido foi de 35%, quando o INPC para os reajustes de julho foi de 49.57%, isto é, os funcionários tiveram uma perda de 14.57% que se repetiu em cada um dos seis meses subsequentes.

Considerando um funcionário de salário de Cr\$ 50.000,00 cruzeiros, ele foi reajustado para Cr\$ 67.500,00, quando com a aplicação do INPC deveria perceber Cr\$ 74.850,00, representando uma perda de Cr\$ 7.350,00 ao mês, que nesses seis meses equivaleriam a Cr\$ 44.100,00.

Tão injustos nesse procedimento, o governador Richa e o secretário - do telefone - Garanhão, contrariam a posição do líder do PMDB, nesta Assembléia, dos demais deputados do PMDB, e penalizaram, mais uma vez, os funcionários estaduais, que, dessa forma, passaram - com a não aplicação do INPC a financiar o seu próprio 13.º salário. Grande injustiça do governo para com o funcionalismo! sendo paga pelo governador mas sim pela economia forçada que o governo fez o funcionalismo público fazer ao longo dos seis meses.

E agora o governo do PMDB, o governo do mau patrão, diz que o reajuste não poderá exceder 65%. Esta é mais uma agressão ao funcionalismo, pois o INPC para reajuste em dezembro, é de 72,2%, e para janeiro, de 74,8%.

O regime do PMDB quer tirar, mais uma vez, daqueles que trabalham, certamente, para engordar as verbas da mordomia. A variação acumulada do INPC, em um ano, a ser considerada em janeiro, se situa em torno de 170%, e o PMDB quer reajustar os funcionários do Estado, um percentual acumulado de 122.75%, equivalente a 35%, em julho e 65%, em janeiro, isto é, quer imputar uma perda de 47%, ao mês, a essa sofrida Classe do funcionalismo.

Assim é que quando a Associação dos Servidores Públicos do Paraná reivindica 93%, de reajuste, está reivindicando pouco; deveria reivindicar 100%, porque de janeiro a janeiro teríamos um reajuste acumulado de 156%, o que não seria nenhum favor, apenas uma postura que se aproxima do coerente com os pronunciamentos públicos de aplicação plena do INPC na política salarial do País, pois, como dissemos, o INPC acumulado de um ano deverá estar em janeiro em torno de 170%. Os servidores poderiam, mesmo dessa forma, 13.5%.

Se o mau patrão - regime do PMDB - concedesse o aumento de 90% estaria apenas corrigindo próximo da variação deste ano e não estaria cumprindo absolutamente nada da promessa de reposição salarial de 90%, que seria parcelada em três ou quatro etapas e que no próximo ano deveria ser de

15%. Então, para cumprir essa promessa, o reajuste de janeiro deveria ser de 105% (90% para equiparar ao INPC e mais 15% da propalada, prometida, reposição salarial), da época do palanque da eleição.

Mas, senhor presidente e nobres senhores deputados, a ser garantida a porcentagem de 65% de aumento para o funcionalismo, o PMDB que há não tem autoridade moral para falar em eleição direta, porque tem na sua secretaria geral um biônico, esse biônico Camargo Netto, que se recusou a aprovar a emenda para eleição dos prefeitos das capitais; não terá também autoridade moral para falar em assegurar aos trabalhadores o poder aquisitivo dos seus salários, porque aqui no Paraná, o governo do PMDB, o regime Richa, em apenas um ano deixa os salários dos servidores públicos em 47%. E é de perguntar-se diante disso: o que acontecerá nos próximos 4 anos?

Outro aspecto que desejo abordar é o relacionamento com os recursos para fazer frente às despesas com o aumento do funcionalismo.

Dizer que o Estado não tem recursos para essas despesas é mais uma clamorosa mentira do secretário Garanhão.

Vejamos o seguinte:

A elevação da alíquota do ICM de 16 para 17% representa um aumento em torno de 6% na receita do ICM, o que gera receita a mais de cerca de 30 bilhões de cruzeiros, para o exercício de 1984.

A mini-reforma tributária aumentará a transferência de recursos do Governo Federal em torno de mais de 25 bilhões de cruzeiros como afirmaram recentemente autoridades do governo Estadual.

A receita do ICM de novembro deste ano foi de 205% a mais de que novembro de 82, conforme afirma o próprio secretário das Finanças.

Vejam o procedimento paradoxal do regime Richa no Paraná: a receita aumenta 205% e o mau patrão quer achatar o já mingado salário dos funcionários, em um ano, reajuste de 122.75%. Se somado o reajuste de julho com o prometido de 65%.

Outro bom remédio, seria reduzir as mordomias de gabinetes e destinar recursos para os funcionários e podemos até mencionar onde fazer as contenções desses gastos vergonhosos, os aumentos, onde oscilam de 200% a 800% e que o secretário do Planejamento, Castor Jobim, surpreendido na sua demonstração de incompetência e incapacidade para elaborar uma proposta orçamentária capaz de atender às reais necessidades do Paraná, tentou esconder da opinião pública o escândalo das mordomias, por ele patrocinado. Mordomias tais como: Gabinete do governador que passa de 98 milhões para 284 milhões. Secretário do Interior, que passa de 62 para 160 milhões. Secretário da Justiça que passa de 88 para 307 milhões de cruzeiros. Secretário dos Transportes, que passa de 90 para 376 mi-

lhões de cruzeiros. E vejam só: o secretário da Segurança que passa de 93 milhões para 854 milhões de cruzeiros. A verba de comunicação, a verba de representação, para hospedagem, e para compra de flores.

Outros gastos que o governo da falsa austeridade poderia reduzir para tratar ao funcionalismo com dignidade, essa dignidade que está a faltar para muitos dos integrantes da administração peemedebista no Paraná, seria com material de consumo, que de um bilhão e cem milhões de cruzeiros passa para 7 bilhões e 600 milhões de cruzeiros.

É a divulgação e propaganda do regime Richa que de 750 milhões e como o governador Ney Braga foi combatido, foi dito que era um governo desonesto, porque propunha 750 milhões para 83 e estes mesmos homens que combateram, elevaram de 750 para 2 bilhões e 200 milhões, só na Casa Civil.

Recordo agora o que o governador disse na sua posse: "... tenho clara em meu espírito, a sensação de insegurança que toma conta de tantos lares, aturcidos diante da inflação, temerosa diante da impossibilidade de manter sequer um padrão digno de vida, diante das dificuldades do cotidiano":

Palavras de sua excelência o senhor governador José Richa no dia da posse e rapidamente esquecidas depois que se instalou no Palácio Iguazu.

Mais uma mentira do seu governo, do regime do PMDB no Paraná, Palavras demagógicas que iria aplicar dos 100% de correção do INPC que cobram no governo federal. Não fazem isso no governo. Mais uma mentira no PMDB. Além de tudo, tiram 47% do salário do funcionalismo em um só ano: coisas do PMDB no poder, coisas de Richa no governo. Não restam dúvidas senhores deputados: um mau patrão e um péssimo governo.

Muito obrigado. (Sem rev. do orador).
O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Consulta à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra o senhor deputado Sérgio Spada por 15 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor presidente, senhores deputado. (Lê):

"Estamos a manifestar, hoje, muito mais que uma intenção do governo José Richa e do nosso partido, o PMDB. Vimos, nesta hora grave para a nacionalidade brasileira, demonstrar que é preciso e é possível, de uma modo ou de outro, atacar os problemas e as injustiças sociais. Em especial as injustiças, oriundas da implementação do programa educacional do regime militar, e de seus antigos interpostos nos Estados brasileiros.

Desde a tomada de uma parcela do Poder em nosso Estado, o nosso partido e o governo Richa, temos colocado, em primeiro plano, as questões concretas mais urgentes, as questões que diante da perspectiva

de acontecimentos importantes para a sociedade surgem, por si mesmas, na ordem do dia.

Falamos, senhor presidente, senhores deputados, do esforço comunitário e governamental, para a democratização das oportunidades de acesso das crianças ao ensino de 1.º grau. Dizemos do grande trabalho político e material, para criar as condições objetivas de acesso de todas as crianças de 7 a 14 anos, que se matricularam na 1.ª série do 1.º grau em todo o Estado.

Nesta empreitada, partimos da constatação de que, no Brasil, de cada 100 crianças que entram na Escola, apenas 27 concluem o primário, e menos de 17 ingressam no 2.º grau. E pasmen, senhores deputados, menos de 6, atingem o ensino superior. Saímos de uma realidade nacional de mais de 25 milhões de menores carentes e de um velho e cansado Paraná que alijou mais de 465 mil crianças dos bancos escolares.

Diante desta situação, o governo Richa e a Secretaria de Estado da Educação, em sua área de atuação específica, respaldados no Programa do PMDB, assumem a necessidade de executar um Programa Mínimo que corresponda às condições objetivas do momento histórico que atravessamos. É o Programa Mínimo das transformações políticas, econômicas e sociais imediatas, completamente realizáveis, necessárias para dar o passo adiante.

Projeta-se, para 1984, senhor presidente, senhores deputados, uma população de 1 milhão e 670 mil crianças na faixa etária de 7 a 14 anos. Desta população, 465 mil crianças ficariam marginalizadas das escolas se mantivéssemos a praxe, de só aceitar matrículas de acordo com o número de vagas ofertadas pela rede oficial. E das 465 mil crianças que ficariam marginalizadas, quase 2/3, ou seja 310 mil crianças se referem àquelas que se matriculariam na 1.ª série do 1.º grau.

No entanto, o compromisso do nosso partido é antes de tudo social. Social no sentido de contribuir na quebra das amarras que marginalizam as massas do saber, da ciência e do bem-estar social na perspectiva de auxiliar o povo na busca de alternativas, para uma existência superior e condigna. Daí a proposta de governo visando a eliminar a ociosidade das escolas que conforme estatísticas da FUNDEPAR apresentam 10% de ociosidade, o equivalente a 1310 salas de aulas para abrigar 45 mil crianças.

Na mesma linha está a proposta de criação de turnos de aulas intermediários e noturnos, acatando uma sugestão formulada há já 20 anos pela UBES e pela UNE.

Implementadas estas providências, restariam cerca de 230 mil crianças a exigir espaços alternativos propiciados pela comunidade, num montante de 7 mil salas de aula. Sobre isto manifestou-se, com pro-

priedades singular, a senhora secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures; "Onde houver um espaço, com condições mínimas de higiene e segurança, instalaremos uma sala de aula. Nas garagens, nos galpões, nas igrejas, nos sindicatos, nas federações e associações. Onde for possível reunir um professor e uma turma de alunos, estaremos nós lutando para garantir o direito à escolaridade da criança".

É evidente que esta campanha do governo do Paraná terá duas conseqüências imediatas: em primeiro lugar, amplia as oportunidades de cumprimento do dever do Estado de assegurar o direito fundamental do homem de educação; em segundo lugar, e menos importante, promoverá uma expansão significativa do mercado de trabalho dos professores.

Observemos bem, senhor presidente e senhores deputados, que não estamos propondo instituições especiais para uma minoria, mas estamos, isto sim, convocando a maioria para assumir o papel de sujeito ativo do processo de democratização dos serviços educacionais públicos. Trata-se de uma iniciativa honesta e firme para superar as funções do velho aparelho educacional neysta, de caráter conservador, elitista, excludente e desnacionalizador. E o fazemos dentro do conceito de que a Educação é um direito de todos e um dever do Estado. Direito que deverá perder todos os vestígios de privilégio da minoria. Dever que deverá assumir um caráter político e responsável e não uma benesse paternal dos poderosos, numa genuína ação cultural para a liberdade.

Ademais, senhor presidente, senhores deputados, é fundamental registrar nesta Casa que a Campanha da Secretaria da Educação está a envolver todos os órgãos de governo, num conjunto de ações integradas e objetivas que constituem insofismável prioridade de Estado. Campanha que vem associada com as eleições gerais em todas as Escolas Públicas do Estado, com o congelamento das taxas administrativas e redução dos reajustes das semestralidades nas instituições de ensino superior, com a elevação substancial do teto de isenção das taxas de contribuição comunitária nas Escolas de 1.º e 2.º grau e a sua extinção já em 1984, com a introdução da filosofia no 2.º grau, com o desdobramento de Estudos Sociais em História, Geografia e OSPB no 1.º grau, com a participação da UPE e da APP no Conselho Estadual de Educação, com o compromisso executado de cobrir integralmente as folhas de pagamento de pessoal das universidades e faculdades estaduais, com o auxílio às prefeituras para pagamento dos professores, com as reformulações democráticas dos Estatutos e Regimentos Escolares, com a dotação percentual de 29 pontos para a educação, além de várias outras medidas avançadas e progres-

sistas.

Realizamos estas reformas educacionais enquanto o excelentíssimo senhor ministro do Planejamento da presidência da República, doutor Antônio Delfim Netto, preocupava-se em como fraudar a recente Emenda Constitucional do senador Calmon, que obriga a destinação de 13% do orçamento global da União para a Educação. E nesta tarefa inglória, o doutor Delfim afirma que esta Emenda é mais uma balela do Congresso Nacional e que sua pasta plenipotenciária não seguirá quando a elaboração e execução do orçamento da República.

De outro lado, senhor presidente, senhores deputados, temos absoluta clareza de que a crise não nasce nas Escolas, mas passa por elas deixando marcas profundas, brutais até. Avanços indiscutíveis já foram trilhados mas com a presença de que a resolução destes problemas passam pelo plano nacional, passam pelas eleições diretas do presidente da República e da convocação de uma constituinte livre e soberana. Finalmente, não é nosso papel gerenciar uma crise que não criamos, mas é nosso papel demonstrar que mesmo deste modesto flanco estadual, com muito pouco, é possível fazer bastante e bem e com competência.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Consulto a liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente, passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 89/83 (Mensagem n.º 88/83), que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. Aprovado. Publicado no diário n.º 84.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 94/83 (Mensagem n.º 93/83), que aprova o Convênio n.º 01/83, celebrado em 05/07/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano, constante do Plano Metropolitano de Investimentos. Aprovado. Publicado no diário n.º 92.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução

n.º 95/83 (Mensagem n.º 89/83) que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. Aprovado. Publicado no diário n.º 84.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 147/83 (Mensagem n.º 78/83), que extingue a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6.636, de 29/11/74, transferindo suas atribuições, pessoal e patrimônio para a Secretaria de Estado da Administração. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., por maioria e da C.R.H., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento do senhor deputado Antônio Annibelli, com apoio dos senhores deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de líderes do PMDB e PDS, respectivamente, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 147/83, por 3 (três) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, retirado por três sessões, o projeto de Lei n.º 147/83.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Eliseu Marizeo, ocorrido no dia 5 de dezembro do corrente ano, no município de Ivaiporã. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 15.º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Altônia. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria de senhor deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornalista Cláudio Manoel da Costa, pelos 12 anos de moderno jornalismo na imprensa do Paraná. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores presidente da República e ministra da Educação, encarecendo a reconsideração do conteúdo do Decreto n.º 88.374, de 07/06/83, que restringiu para o ano de 1984 a concessão de bolsas de estudo oriundas do salário-educação para as escolas da iniciativa privada. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor senador Passos Porto, encarecendo a redação de emenda constitucional que preconize a reforma tributária ampla e irrestrita, no período legislativo de 1984, bem como cumprimento pela mini-reforma

tributária. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 28.º aniversário político-administrativa do município de Terra Boa. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 29.º aniversário do município de Colorado. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 32.º aniversário de instalação do município de Borrazópolis. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 32.º aniversário do município de Faxinal. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores presidente da Câmara dos Deputados e líderes dos partidos com assento naquela Casa, manifestando apoio ao Projeto-Lei dos senhores deputados federais Doroteo Campanari e Jorge Cury, que isenta os sindicatos do pagamento das contribuições previdenciárias e outras taxas. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, para que o mesmo determine à COPEL a instalação de rede de energia elétrica de baixa e alta tensão no loteamento denominado Parque Residencial Morumbi III, no município de Foz do Iguaçu. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um módulo policial no bairro Três Lagoas, no município de Foz do Iguaçu. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Indústria e Comércio, visando a implantação do Programa de Artesanato Integrado (PAI), nos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Corbélia e Braganey. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Pela

ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor presidente.

Desejo fazer um apelo a vossa excelência no sentido de que a Mensagem Governamental que tramita nesta Casa, ora em discussão na Comissão de Constituição e Justiça e que posteriormente, com segurança, será analisado pela Comissão de Finanças, também às Comissões de Agricultura e de Indústria e do Comércio, nos termos do Artigo 51, do Regimento Interno e já o fiz em razão de requerimento escrito entregue hoje, pela manhã, ao seu chefe de Gabinete.

Faço este apelo em razão de se tratar de matéria de importância para o desenvolvimento econômico do Estado e julgo que mereça o parecer técnico dessas Comissões.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Esta presidência informa a vossa excelência que recebeu o requerimento de autoria de vossa excelência e já ofereceu despacho favorável ao requerido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com o seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, por falta de matéria a ser apreciada.

Levanta-se a sessão.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1983.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Francisco Escorsin e Adhail Sprenger Passos.

Às 15:45 horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi,

Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguo Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não havendo ata da sessão anterior a ser lida, nem expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 96/83 (Mensagem n.º 104/83), que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. Aprovado.

RESOLUÇÃO FINAL DO PROJETO
DE RESOLUÇÃO N.º 96/83.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Santo Antônio do Caiuá n.º 156/83, datado de 06 de maio de 1983, Marechal Cândido Rondon n.º 232/83, datado de 04 de junho de ... 1983, Altamira do Paraná n.º 257/83, Cantagalo n.º 252/83, Matelândia n.º 253/83, Missal n.º 254/83, datados de 02 de julho de 1983, Mariluz n.º 265/83, Salgado Filho n.º 281/83, datados de 08 de julho de 1983, Lupionópolis n.º

323/83, São Tomé n.º 322/83, datados de 10 de agosto de 1983, objetivando a adoção de ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983, e de outras obras de recuperação de rodovias estaduais.

Art. 2.º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02/12/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 111/83 (Mensagem n.º 74/83), que aprova o convênio celebrado em 13/05/82, entre o Estado do Paraná e a Cidade Industrial de Curitiba C.C.I., com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, que objetiva a participação do Estado no "Programa de Industrialização do município de Curitiba". Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO
DE RESOLUÇÃO N.º 111/83.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e a Cidade Industrial de Curitiba - CIC, com a interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a participação do Estado no "PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA".

Art. 2.º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.